

CARACTERÍSTICAS DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL¹

Vagner Ribeiro da Silva Junior²
Diego de Oliveira Carlin³

RESUMO

A correta compreensão sobre quais fatores são capazes de influenciar a transparência pública pode auxiliar os entes governamentais no processo de divulgação de informações à sociedade. Com isso, o objetivo desse estudo é identificar características encontradas nos municípios do RS segundo o índice de transparência elaborado pelo TCE RS. Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, na qual foram analisados os índices de transparência de 492 municípios, referente ao ano de 2015. Assim, eles foram divididos em 4 grupos conforme a média e o desvio padrão dos dados coletados. Em sequência, foram analisadas as correlações e médias entre os grupos elaborados segundo indicadores demográficos, financeiros e socioeconômicos, para definir se estes podem se classificar como características determinantes da transparência pública. O resultado obtido evidenciou baixa correlação entre as variáveis testadas e o índice de transparência municipal, com alta dispersão para todos os grupos e valores médios crescentes conforme aumenta o nível de transparência, possibilitando a conclusão de que a transparência pública pode estar ao alcance de todos os municípios.

Palavras-chave: Contabilidade Governamental. Transparência Pública. Municípios.

DETERMINING CHARACTERISTICS OF PUBLIC TRANSPARENCY IN THE MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

The correct understanding of which factors are capable of influencing public transparency can assist government entities in the process of disclosing information to society. Therefore, the objective of this study is to identify characteristics found in the municipalities of RS according to the transparency index measured by the TCE RS. This study is characterized as a descriptive, quantitative and documentary research, in which the transparency indexes of 492 municipalities for the year 2015 were analyzed. They were divided into 4 groups according to the mean and standard deviation acquired from the collected data. From this, correlation and mean values were analyzed between the constructed groups according to demographic, financial and socioeconomic indexes in order to define if those can be classified as determining characteristics of public transparency. The results showed low correlation between the considered variables the municipal transparency index, with high dispersion for all groups and increasing average values for higher transparency levels, allowing the conclusion that public transparency may be within reach of all municipalities.

Keywords: Government Accounting. Public Transparency. Municipalities.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2016, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduando do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. (vagner.rsj@outlook.com)

³ Orientador: Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (diego.carlin@ufrgs.br)

1 INTRODUÇÃO

A partir da necessidade encontrada no Brasil de possibilitar maiores níveis de eficiência e controle sobre o orçamento público, com base em modelos semelhantes já aplicados em outros países, foi aprovada em 4 de maio de 2000 a Lei Complementar Nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que busca o estabelecimento de normas que potencializem a responsabilidade na gestão fiscal, como prevista no Título VI Constituição Federal. Para tanto, o art. 1º dessa lei caracteriza como pressupostos de tal responsabilidade a ação planejada e transparente dos órgãos e agentes públicos. Essa transparência, de acordo com Debus e Nascimento (2002, p. 11), “será alcançada através do conhecimento e da participação da sociedade, assim como na ampla publicidade que deve cercar todos os atos e fatos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas pelo poder público”.

Com a Lei Federal nº 12.527 de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a União, os Estados e Municípios ficaram obrigados a disponibilizar dados referentes às execuções orçamentárias e financeiras em portais eletrônicos, denominados Portais de Transparência, que recebem todos os dados oriundos das unidades administrativas que fazem uso de parte do orçamento público para realização de suas atividades. Tais endereços são alimentados com informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), das secretarias da fazenda de cada Estado, de bancos públicos e quaisquer outras unidades administrativas que utilizem parte do orçamento público para realização de suas atividades e, a partir da atuação das controladorias estaduais e da união, disponibilizados para acesso público. A publicação desses dados em meios de acesso público caracteriza-se, de acordo com a Controladoria Geral da União (CGU) como transparência ativa, que se distingue das formas de transparência passiva por não exigir solicitações específicas por parte de membros da sociedade.

Para classificar de maneira quantitativa o nível de atendimento à norma pelos entes federativos, certas entidades públicas e privadas vêm desenvolvendo índices capazes de medir o cumprimento da legislação vigente referente à disponibilização de informações por parte dos municípios, estados e União. Tais índices são denominados Índices de Transparência e, com base em metodologias específicas elaboradas por cada entidade, buscam inferir o grau de transparência pública do país. Em 2012 o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE RS) iniciou, como parte da Campanha Transparência iniciada pelo órgão, a elaboração de um índice capaz de mensurar o atendimento dos municípios às exigências da LAI e classificar os municípios do estado de acordo com o nível de transparência apresentado.

Seguindo estudos prévios (ALT; LASSEN; ROSE, 2005; CINCA; TARRAGONA; TOMÁS, 2008; PIRES, 2012; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2012; WRIGHT, 2013) que relacionaram a transparência pública de estados e municípios do Brasil e de outros países com certos fatores e características capazes de explicar diferentes níveis de transparência, o presente trabalho procura verificar as variáveis capazes de influenciar a transparência dos municípios do Rio Grande do Sul, aferida pelo TCE RS em seu relatório anual de transparência dos portais municipais. A fim de possibilitar uma visão mais ampla dos fatores capazes de influenciar a transparência pública dos municípios do RS, este estudo tem por objetivo responder o seguinte problema: **Quais as características determinantes da transparência pública dos municípios do estado do Rio Grande do Sul?**

Como ferramenta de auxílio no acompanhamento dos esforços para alcançar a transparência exigida pela LRF, em seu conceito de responsabilidade na gestão fiscal, os índices de transparência buscam quantificar, com base na legislação vigente, as práticas de transparência de cada município frente a seus cidadãos. Nesse contexto, o objetivo proposto nesse trabalho é a análise da maneira pela qual os indicadores demográficos, financeiros e socioeconômicos influenciam o nível de transparência pública dos municípios gaúchos, com base nos índices elaborados pelo TCE RS.

Para cumprir o disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), diversos mecanismos foram colocados em prática por órgãos governamentais para adaptação das informações divulgadas ao disposto em lei. Conforme a Controladoria-Geral da União (2011, p. 1) a adoção à “cultura do acesso” exigida pela LAI “representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção”. Para Capanema, Figueiredo e Seabra (2013, p. 3):

A implementação da LAI se mostrou um grande desafio, desde o princípio, em função de vários fatores. É uma lei bastante abrangente, que institui uma nova lógica de atuação do setor público perante à sociedade, demanda uma mudança cultural, uma melhor organização dos processos e uma adequada gestão das informações públicas.

Como forma de avaliar o cumprimento da lei, tribunais de contas estaduais, CGU, Ministério Público Federal (MPF) e a ONG Contas Abertas vêm elaborando nos últimos anos índices de transparência, com metodologias distintas, para calcular a transparência dos entes federativos. A medição da transparência pública, de maneira mais ampla, propõe avaliar a prestação de contas de cada governo em relação à aplicação de suas receitas.

A oportunidade deste estudo se justifica pelo aumento do interesse da sociedade por informações que justifiquem a aplicação dos recursos públicos, em um momento em que os

entes federativos já puderam se adaptar às exigências da legislação, bem como à necessidade de identificação de possíveis padrões na capacidade de *Accountability*, definida por Rocha (2012, p. 7) como “obrigação dos governantes de prestar contas de suas ações e de por elas se responsabilizarem, perante a sociedade”, em governos de regiões distintas.

Em relação ao tema deste trabalho, deve-se ressaltar que outros estudos já foram realizados sobre a temática de fatores e características determinantes na transparência pública, porém em sua maioria, índices de transparência calculados pelos próprios autores ou por organizações do terceiro setor. O objetivo deste estudo consiste em verificar se variáveis definidas em outros estudos, bem como outras propostas neste trabalho, também apresentam correlação quando comparadas ao índice de transparência calculado pelo TCE RS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Essa seção compreende os conceitos utilizados como base para a elaboração do presente estudo. Sendo, aqui, feitas as definições dos conceitos mais amplos, como transparência pública, e dos mais restritos, por meio da caracterização dos órgãos responsáveis pela medição dos índices de transparências, bem como dos itens utilizados pelos mesmos na composição do cálculo de tais indicadores.

2.1 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

O processo de criação de ferramentas formais que permitissem o controle da aplicação dos recursos governamentais não é atual. Para Figueiredo e Santos (2013), a necessidade de conceitos formais de transparência na administração pública surgiu como forma de acompanhar o padrão de transparência que vinha se desenvolvendo em outros países, com base na *Transparency International* (Transparência Internacional), organização criada em 1993, com adesão de mais de 100 países, e que deu início aos esforços formais na busca pelo combate da corrupção no uso de verbas públicas. A criação desta instituição possibilitou a elaboração das diretrizes e do entendimento de como se deve buscar e avaliar as informações disponibilizadas pelos governos, de forma a possibilitar o correto entendimento da validade dos gastos efetuados com verba pública em cada contexto específico.

Conforme Maia (2010), os índices publicados anualmente no portal da organização servem de referência para empresários, universitários e analistas políticos. De acordo com Braga (2011), a transparência na gestão pública caracteriza-se por tornar a conduta cotidiana e

os dados relacionados a ela acessíveis à sociedade. Em um contexto orçamentário, essa prática consiste no esforço da administração pública em registrar de forma organizada, a fim de que seja de fácil análise, os dispêndios efetuados para que sejam disponibilizados à sociedade. Para Hage (2010) a transparência de informações é apenas uma ferramenta que deve ser usada para outros fins. Por se tratar apenas de um mecanismo de controle, a eficácia de seu uso estaria diretamente relacionada com o preparo de seus usuários e a capacidade de analisar de forma correta os dados lá disponibilizados, evitando assim a formulação de conclusões errôneas em relação à efetividade do governo na aplicação de verbas públicas.

Dessa forma, os portais oficiais dos governos servem como facilitadores para a análise dos dados lá disponibilizados a fim de que sejam prestadas contas à sociedade de todas as formas de aplicação do dinheiro oriundo da arrecadação de impostos. Essa prestação de contas, portanto, objetiva um maior combate à corrupção, aos desvios e ao mau uso de verbas públicas criando a possibilidade de que se consiga reivindicar, aos governantes, ações que melhorem a eficácia na aplicação desses valores.

2.2 PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DOS ENTES FEDERATIVOS DO BRASIL

Seguindo o processo de solidificação dos mecanismos de prestação de contas dos governos, as bases estabelecidas pela *Transparency International* e pelos países que deram continuidade ao processo, possibilitou-se a criação dos portais de transparência no Brasil. Em seu artigo 48, a LRF caracteriza como instrumentos de transparência a serem utilizados na gestão fiscal “os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos”. A Lei 12.527 de 2012 sedimentou a necessidade de publicação de todos os gastos públicos, exposta pela primeira vez pela LRF, em portais eletrônicos abertos ao público. Em seu parágrafo 3 do artigo 8, a Lei determina que os três poderes de todos os entes federados disponibilizem, junto aos dados, ferramentas para:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e
- VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Partindo da legislação especialmente criada para obrigar os órgãos públicos a publicar seus dados de forma padronizada, foi criado no ano de 2004, antes mesmo da publicação da LAI, pela Controladoria Geral da União (CGU) o Portal Transparência do Poder Executivo Federal, com intuito de servir de base, para os outros poderes e entes federativos, na correta publicação de informações. No âmbito do RS, a Controladoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) é responsável pelo Portal Transparência RS.

A padronização dos portais, embora prevista em lei, ainda não foi adequadamente colocada em prática. Na esfera federal, os poderes executivo e judiciário divulgam de forma unificada os dados de todas as entidades que os compõe; enquanto no poder legislativo federal, órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Senado Federal divulgam separadamente. Do mesmo modo, os entes estaduais e municipais da federação não centralizam de forma correta os dados disponibilizados e, enquanto alguns portais permitem acesso total às informações contidas sem necessidade de identificação por parte do cidadão, outros exigem cadastro e até mesmo requisições específicas para consulta de informações, evidenciando a discrepância nas formas de atendimento à legislação nos poderes dos entes federativos.

2.3 INDÍCES DE TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS

Como a primeira entidade, em nível internacional, a elaborar índices que permitissem a comparação dos níveis de transparência pública entre diferentes regiões do globo, a *Transparency international* fortaleceu a prática de divulgação de dados e serviu de exemplo para que diversos órgãos em todo o mundo tivessem bases para criar índices de transparência que se adequassem à realidade do contexto em que se encontravam. Em 2010, no Brasil, foi criado pela associação Contas Abertas o primeiro índice nacional de transparência. De maneira geral, a criação desse índice possibilitou o desenvolvimento, em certos grupos da sociedade e em parte dos órgãos de comunicação, do interesse pela consulta dos dados disponibilizados pelos portais de transparência, que são as bases para a elaboração destes índices.

Em sequência, foi criado em 2014, pela CGU, a Escala Brasil Transparente, tendo este um índice, de acordo com o portal da instituição, o “objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI)” ao utiliza os dados coletados, referentes apenas aos estados e municípios brasileiros, por meio de consulta direta e solicitação de informação para uso interno da instituição na execução de suas atribuições legais de controle e fiscalização. Em dezembro de 2014, foi iniciado o projeto, por parte do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal, de criação do Índice Nacional de Transparência do Poder Legislativo, que se propõe a servir de referência nacional e facilitar a elaboração de índices de transparência pelo poder legislativo dos estados. Já em 2015, o MPF criou o Ranking Nacional da Transparência.

No RS, o Tribunal de Contas do Estado elabora desde 2012 índices que avaliam o cumprimento da LAI pelos poderes executivo e legislativo dos municípios. Os indicadores são mensurados a partir da aplicação de um teste composto por 22 critérios que analisam o cumprimento da disponibilização de informações e o nível de detalhamento dos dados apresentados. Os critérios utilizados dividem-se, de acordo com o Quadro 1, da seguinte maneira:

Quadro 1 – Composição do índice de transparência do TCE RS

Grupo	Descrição	Crítérios
A	Informações estáticas	Informações organizacionais
		Instrumento normativo local que regulamente a LAI
		Serviços e atividades de interesse coletivo - Executivo
		Controle externo
B	Informações dinâmicas	Registro de repasses ou transferências
		Informações sobre licitações e seus editais e resultados
		Informações sobre contratos celebrados
		Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras
		Administração do patrimônio público - Imóveis
C	Facilitadores do acesso à informação	Administração do patrimônio público - Veículos
		Publicação de resposta a perguntas mais frequentes
		Ferramenta de pesquisa
D	Componentes da transparência passiva	Medidas para garantir o atendimento a usuários com necessidades especiais
		Pedido de informação por meio da Internet
		Relatório de pedidos de informação
E	Informações detalhadas	Canal de comunicação com o cidadão
		Registro de despesas
		Registro de receitas
		Relatórios da transparência da gestão fiscal
		Recursos humanos
		Diárias
Serviços e atividades de interesse coletivo - Legislativo		

Fonte: Adaptado pelo autor com base em dados do TCE RS (2016).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA PROPOSTO

O foco deste estudo é procurar possíveis relações existentes entre indicadores demográficos, financeiros e socioeconômicos e os níveis de transparência apresentados pelos municípios do RS. De forma semelhante, outros trabalhos (ALT; LASSEN; ROSE, 2005; CINCA; TARRAGONA; TOMÁS, 2008; PIRES, 2012; RIBEIRO; ZUCCOLOTTI, 2012; WRIGHT, 2013; LOWATCHARIN; MENFIELD 2015) já trataram do estudo de fatores capazes de influenciar a prestação de contas por entes públicos. Esses estudos abordaram a mensuração da transparência pública de maneiras distintas e, ainda assim, conseguiram identificar semelhanças no comportamento de certos fatores em relação à tendência dos entes públicos de certas regiões em praticarem transparência nas contas públicas.

Alt, Lassen e Rose (2005) encontraram resultados que evidenciam maior transparência nos estados norte-americanos de acordo com o nível de competição política encontrado. Inversamente, identificaram também que maior polarização política pode ser encontrada em locais com baixo nível de transparência governamental. Ribeiro e Zuccolotto (2012) desenvolveram metodologia própria para a elaboração de um índice de transparência municipal e definiram sua amostra com base no número de municípios de cada estado. Os resultados obtidos evidenciaram uma maior transparência em municípios com maior arrecadação, corroborando com Cruz, Silva e Santos (2010), e indicadores sociais mais elevados. Os autores também identificaram maior nível de transparência pública em locais com gastos em desenvolvimento social mais elevados.

Cinca, Tomás e Tarragona (2008) identificaram que governos de regiões onde os habitantes apresentam maior nível de educação formal e maior renda também tendem a apresentar maior nível de transparência. Pires (2012), analisando municípios portugueses, identificou maior transparência em locais de maior dimensão populacional e com maior receita total. Já Wright (2013) utilizou índices elaborados pela ONG Contas Abertas para relacionar possíveis fatores determinantes à transparência pública com amostragem baseada no Programa de Fiscalização por Sorteio Público da CGU. Os resultados encontrados evidenciam maior dificuldade no atendimento à LAI em municípios com menos de 50.000 habitantes e correlação significativa entre urbanização, idade e receita tributária com maiores níveis de transparência. Identificou também forte correlação entre o PIB de uma região e sua transparência fiscal.

A individualidade deste estudo encontra-se na proposta de relacionar alguns dos fatores determinantes da transparência governamental identificados, bem como outras

variáveis não consideradas pelos trabalhos analisados, em relação ao índice de transparência elaborado pelo TCE RS na forma de pontuação atribuída ao poder executivo de cada município do estado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho pode ser categorizado em relação a seus objetivos como uma pesquisa descritiva, sendo essas caracterizadas por Gil (2002, p. 42) como “aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis”, pois busca analisar os dados coletados para determinar a existência de relação entre os índices de transparência dos municípios, com características demográficas, financeiras e socioeconômicas. Neste estudo, contudo, o foco maior é na utilização de um conjunto já estabelecido de variáveis como ferramenta para permitir a análise de possíveis associações com os níveis de transparência mensurados pelo TCE RS.

Em relação a seus procedimentos técnicos, este trabalho, devido à utilização de dados de fontes diversas, pode ser classificado como uma pesquisa documental, já que, para Gil, uma das principais características de tal pesquisa é a utilização de fontes de origens e formas diversas. A abordagem do problema, da forma aqui proposta, corresponde a uma pesquisa quantitativa, por tratar de dados numéricos que apresentam pouca ou nenhuma subjetividade e associá-los com outras variáveis, conforme Freitas e Prodanov (2013, p. 70) que consideram a abordagem como “empregada em vários tipos de pesquisas, inclusive nas descritivas, principalmente quando buscam a relação causa-efeito entre os fenômenos”.

Quanto à coleta de dados, realizou-se por consulta nos dados disponibilizados pelos portais eletrônicos do TCE RS, da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como variável dependente, foi utilizada a pontuação elaborada pelo TCE RS para mensurar o nível de transparência pública ativa dos municípios.

A definição das variáveis independentes ocorreu com base nos estudos analisados. A partir desses, foram elaborados grupos de variáveis demográficas, financeiras e socioeconômicas. Para os indicadores demográficos, utilizou-se a Estimativa Populacional de cada município, bem como os níveis de Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização. Para o grupo de variáveis financeiras, optou-se pelos indicadores de Receita Total, Receita Corrente Líquida, Receita Própria, Receita Tributária e Despesa com Pessoal. Já em relação ao grupo de indicadores socioeconômicos, foram usados o PIB e PIB per capita de cada

município, bem como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) e os índices de Renda, Saúde e Educação que compõe o mesmo. Da amostra inicial de 497 municípios, foram retirados 5 municípios que não apresentavam todos os dados necessários para a realização desse estudo.

O Quadro 2 apresenta a classificação das variáveis abordadas nesse estudo:

Quadro 2– Classificação das variáveis escolhidas

Classificação	Variável		Categoria	Fonte	Ano
Transparência	Pontuação do Executivo	PEX	Dependente	TCE RS	2015
Demográficas	Estimativa Populacional	POP	Independente	FEE	2015
	Taxa de Urbanização	URB	Independente	IBGE	2010
	Densidade Demográfica	DEM	Independente	IBGE	2010
Financeiras	Receita Total	RT	Independente	TCE RS	2015
	Receita Corrente Líquida	RCL	Independente	TCE RS	2015
	Receita Tributária	RTR	Independente	TCE RS	2015
	Receita Própria	RP	Independente	TCE RS	2015
	Despesa com Pessoal	DP	Independente	TCE RS	2015
Socioeconômicas	Idese	IDS	Independente	FEE	2013
	Idese - Renda	REN	Independente	FEE	2013
	Idese - Saúde	SAD	Independente	FEE	2013
	Idese - Educação	EDU	Independente	FEE	2013
	PIB	PIB	Independente	FEE	2013
	PIB per capita	PPC	Independente	FEE	2013

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Na escolha das variáveis independentes, optou-se por selecionar as mais recentes disponíveis até o ano de 2015, como indica a seleção das variáveis: Pontuação do Executivo, Estimativa Populacional, Receita Total, Receita Corrente Líquida, Receita Tributária, Receita Própria e Despesa com Pessoal. Os indicadores do Idese mais recentes apresentados pela FEE, já em 2016, são referentes ao ano de 2013, enquanto o IBGE publica estudos referentes ao censo demográfico, como Densidade Demográfica e Taxa de urbanização, de forma decenal, limitando o estudo a incorporar dados de 2010. Essas diferenças no período, porém, não ocasionam deficiências significativas na análise dos dados, visto a evolução mais inercial dessas variáveis ocasionada por suas características estruturais.

A amostra foi segregada em grupos conforme a média e o desvio padrão encontrados para a população estudada. Os agrupamentos basearam-se no nível de transparência, dado pela Pontuação do Executivo dos municípios, a fim de permitir análises comparativas entre as correlações e os valores médios de cada variável encontrados no conjunto total da amostra e nos resultados intergrupais.

A Tabela 1 apresenta a metodologia utilizada na formulação dos agrupamentos realizados:

Tabela 1 – Metodologia dos agrupamentos

Grupo	Metodologia	Descrição	Limite do Intervalo
G1	$G1 < \bar{x} - \sigma$	G1 é inferior à média menos o desvio padrão	33,87
G2	$G2 < \bar{x}$	G2 é superior a G1 e inferior à média	51,70
G3	$G3 < \bar{x} + \sigma$	G3 é superior a G2 e inferior à média mais o desvio padrão	69,53
G4	$G4 > \bar{x} + \sigma$	G4 é superior à média mais o desvio padrão	94,8

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Após o agrupamento dos dados, foi realizada análise de correlação de Pearson entre os dados totais e também entre os dados englobados em cada intervalo. Para analisar a dispersão de cada variável, utilizou-se também a elaboração de gráficos com base no coeficiente de variação de Pearson.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base na comparação entre os indicadores escolhidos e a pontuação referente à transparência pública dos municípios do Estado, buscou-se identificar quais fatores apresentam maior correlação com o nível de transparência, bem como, por meio de agrupamento em quatro intervalos, observar o comportamento das variáveis em cada grupo.

4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Como forma de permitir uma análise comparativa dos dados coletados, a Tabela 2 apresenta os agrupamentos elaborados conforme o índice de transparência dos municípios.

Tabela 2 - Distribuição da amostra por grupo

Grupos	Nº de municípios	Distribuição	Intervalos	Transparência Média	Classificação
G1	72	14,63%	0 - 33,87	24,85	Baixa
G2	184	37,40%	33,87 - 51,70	42,99	Regular
G3	149	30,28%	51,70 - 69,53	59,56	Alta
G4	87	17,68%	69,53 - 100	78,89	Muito Alta
População	492	100%	-	51,70	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O grupo G1 engloba 14,63% dos municípios analisados e apresenta nível de transparência baixo, com valor máximo de 33,63. G2 contém 37,40% e apresenta nível regular de transparência, com valor de até 51,56. Em G3 concentra-se 30,28% da amostra, com nível alto de transparência, de até 69,50. Enquanto G4 agrupa os municípios com nível muito alto de transparência, até 94,80, e consiste em 17,68% do número total de municípios analisados.

A Tabela 3 ilustra os valores mínimos e máximos de cada variável escolhida, bem como seus valores médios e o desvio padrão.

Tabela 3 – Dados estatísticos das variáveis analisadas

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PEX	51,7	17,83	2,5	94,8
POP	22.361	79.996	1.243	1.475.717
URB (%)	0,5549	0,2509	0,0552	1
DEM	83,07	302,82	1,61	2.917,87
RT (R\$)	58.583.997	215.068.659	8.972.637	4.222.901.352
RCL (R\$)	54.613.368	229.318.729	9.760.788	4.584.152.251
RTR (R\$)	10.888.567	78.137.787	164.128	1.653.572.759
RP (R\$)	19.360.702	103.615.486	531.817	2.173.564.141
DP (R\$)	24.813.899	94.763.264	3.293.149	1.871.711.721
IDS	0,733	0,058	0,568	0,882
REN	0,675	0,101	0,398	0,954
SAD	0,832	0,041	0,668	0,918
EDU	0,692	0,072	0,481	0,845
PIB (R\$)	626.679.215	2.970.977.541	690.401	57.379.336.781
PPC (R\$)	26.732	15.973	9.597	215.394

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

De acordo com o que é possível identificar nos dados encontrados, a pontuação dada ao poder executivo dos municípios varia de 2,50 até 94,80 pontos, com uma pontuação média de 51,70. Em relação ao desvio padrão dos indicadores, com exceção aos índices do Idese (Renda, Saúde e Educação), nos quais os coeficientes de variação alteram entre 0,08 e 0,15, os quocientes entre as outras variáveis independentes variam de 0,45 para a Taxa de Urbanização e 7,18 para a Receita Tributária dos municípios. Essa expressiva variação serve para expor o alto grau de dispersão entre cada indicador em relação ao nível de transparência de cada grupo.

Para possibilitar uma melhor análise dos dados, o agrupamento em intervalos apresentado na Tabela 4 permite a visualização das médias das variáveis escolhidas em cada grupo, segundo a divisão com base nos quartis da pontuação dada ao poder executivo dos municípios do estado.

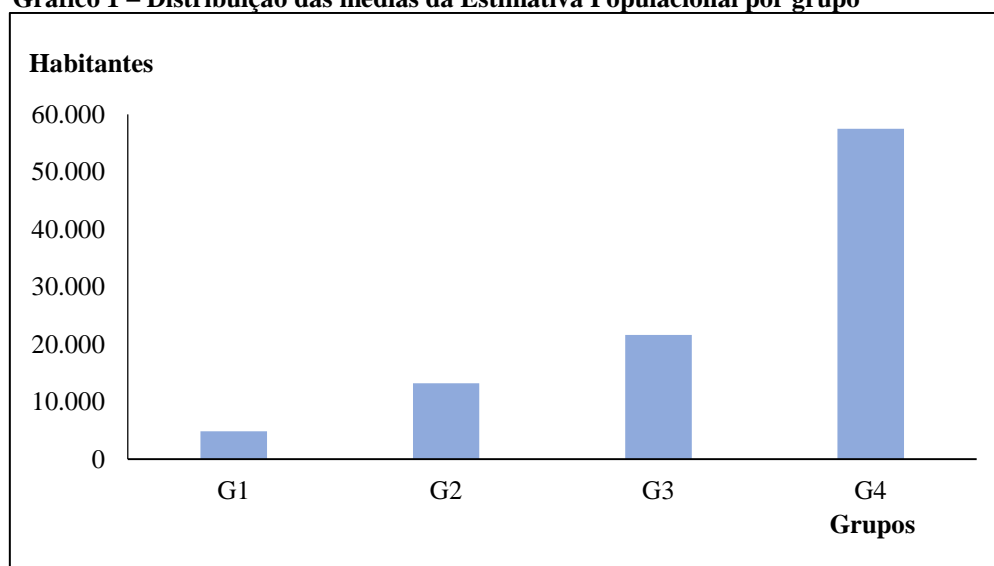
Tabela 4 - Grupos com Valores Médios

Variáveis	G1 Nº: 72	G2 Nº: 184	G3 Nº: 149	G4 Nº: 87
PEX	24,85	42,99	59,56	78,89
POP	4.855	13.200	21.623	57.489
URB (%)	43,07	50,57	61,22	66,39
DEM	17,86	53,62	101,56	167,64
RT (R\$)	16.946.573	32.730.085	57.991.505	148.736.822
RCL (R\$)	3.404.681	8.531.268	18.696.709	56.606.497
RTR (R\$)	1.042.088	3.633.232	9.733.301	36.360.553
RP (R\$)	14.994.782	28.873.517	53.557.464	143.647.856
DP (R\$)	7.318.158	13.998.899	24.769.123	62.242.918
IDS	0,666	0,685	0,706	0,707
REN	0,635	0,656	0,697	0,712
SAD	0,822	0,830	0,834	0,840
EDU	0,708	0,724	0,746	0,753
PIB (R\$)	92.984.676	276.413.415	628.217.459	1.806.515.029
PPC (R\$)	24.673	24.451	29.631	28.291

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O agrupamento dos dados permite identificar uma variação entre grupos, referente às variáveis independentes, mais significativa nos indicadores demográficos, financeiros e no PIB médio dos grupos. Os índices do Idese e o PIB per capita não apresentam variação considerável entre G1 e G4.

O Gráfico 1 ilustra as médias por agrupamento do indicador Estimativa Populacional, que apresenta a variação mais expressiva entre as variáveis demográficas:

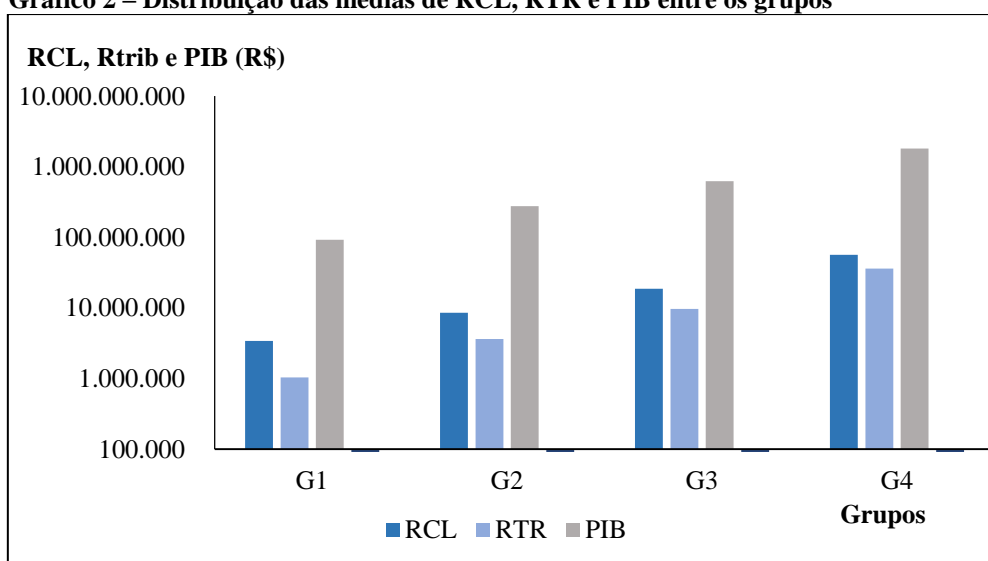
Gráfico 1 – Distribuição das médias da Estimativa Populacional por grupo

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Percebe-se, em conjunto com a Tabela 4, o expressivo aumento populacional presente em municípios de alta transparência, sendo a maior concentração englobada pelo Grupo 4, com valores médios muito superiores aos evidenciados nos três primeiros grupos.

O Gráfico 2 ilustra as variações entre grupos encontradas para as variáveis Receita Corrente Líquida, Receita Tributária e PIB, que apresentam as maiores variações entre os indicadores fiscais e socioeconômicos.

Gráfico 2 – Distribuição das médias de RCL, RTR e PIB entre os grupos



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Da mesma forma que no Gráfico 1, consegue-se identificar no Gráfico 2 um crescimento proporcional constante entre os grupos elaborados, de forma que municípios com maior transparência também apresentam valores superiores para esses indicadores.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 5 indica a correlação entre as variáveis independentes utilizadas nesse estudo com o indicador de transparência do poder executivo municipal. A coluna População apresenta a correlação para todos os 492 municípios integrantes da amostra, enquanto as colunas G1, G2, G3 e G4 apresentam a correlação para os municípios contidos em cada intervalo, de acordo com a distribuição apresentada nas Tabelas 2 e 4.

Os dados encontrados, em sua maioria, demonstram correlação com valores predominantemente entre 0 e 0,4. As únicas variáveis que apresentaram correlações negativas em algum agrupamento foram Taxa de urbanização, em G1, e Saúde em G1 e G4.

Tabela 5 - Correlação entre as variáveis e o nível de transparência

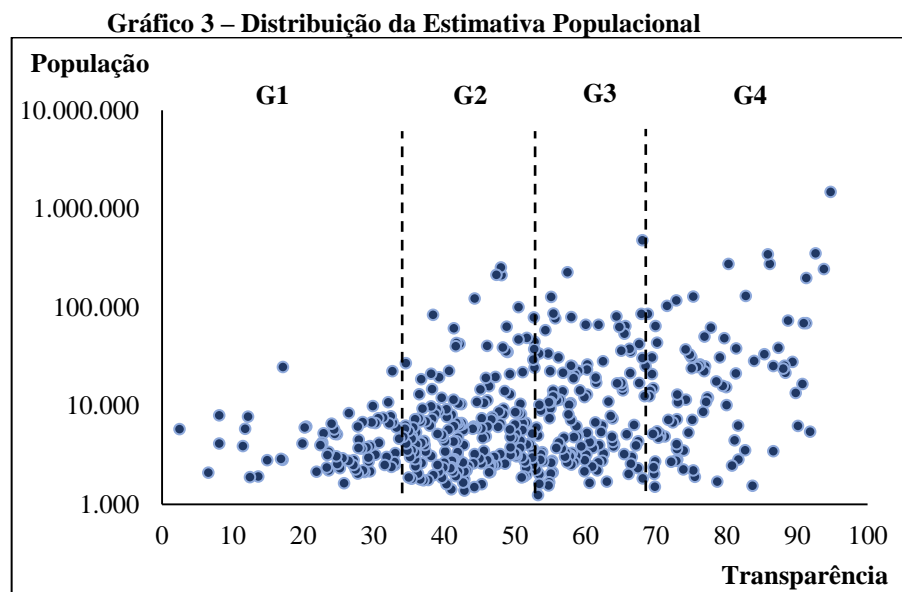
Variáveis	População	G1	G2	G3	G4
POP	0,2581946	0,028859	0,1696307	0,144907	0,3843107
URB	0,3400306	-0,0862389	0,1130462	0,1487456	0,3878797
DEM	0,2139417	0,0433504	0,1244675	0,144817	0,374353
RT	0,2459609	0,0768296	0,1767892	0,1512979	0,3676374
RCL	0,2295287	0,0491328	0,1789833	0,1459102	0,3203372
RTR	0,1881179	0,0515424	0,1371993	0,1471214	0,3121979
RP	0,2088721	0,0858817	0,1612637	0,1552406	0,3592897
DP	0,2358121	0,0847759	0,1545376	0,1481897	0,3647601
IDS	0,2857613	0,0370099	0,1362833	0,086455	0,0502075
REN	0,296824	0,2578784	0,166146	0,0576085	0,199926
SAD	0,1204594	-0,0639884	0,1222373	0,0586309	-0,2402165
EDU	0,2056096	0,1480882	0,1843926	0,0839733	0,0738222
PIB	0,2420194	0,1376839	0,1769305	0,1568004	0,3366019
PPC	0,1367989	0,1722624	0,1538693	0,0185376	0,1382419

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As informações apresentadas indicam baixa correlação entre as variáveis independentes e a pontuação de transparência para o conjunto de todos os municípios e para os grupos elaborados.

4.2.1 Análise das variáveis demográficas.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição da variável Estimativa Populacional no intervalo total da amostra e por grupo:

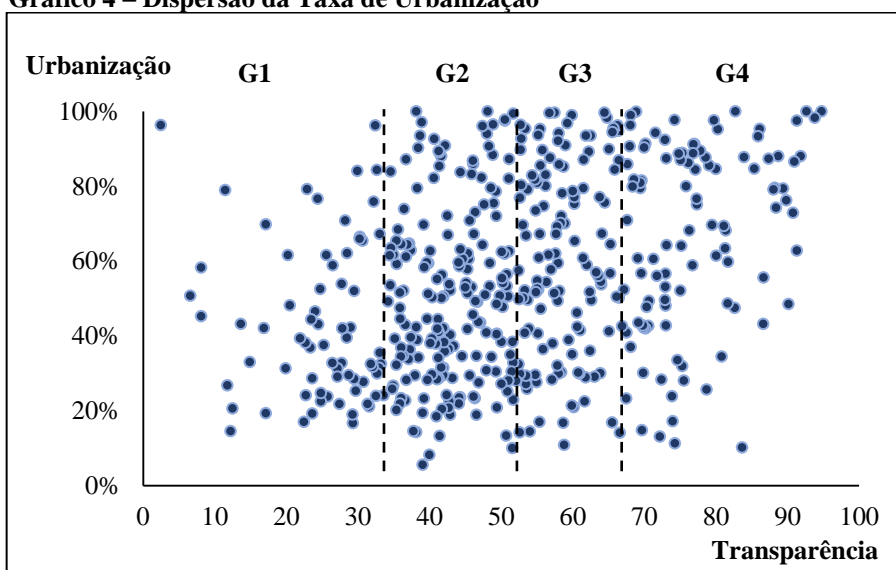


Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Entre os grupos fica evidenciada uma tendência, explicada pela baixa correlação positiva de 0,2582 entre o indicador e o a pontuação do poder executivo municipal, de leve aumento do número de habitantes para municípios com maior nível de transparência. Pela dispersão ilustrada percebe-se concentração de municípios com maior número de habitantes conforme aumenta o nível de transparência. Essa concentração, embora com baixa correlação entre as duas variáveis, corrobora com os dados encontrados por Pires (2012) e Wright (2013).

O gráfico 4 ilustra dispersão da Taxa de Urbanização para a amostra estudada:

Gráfico 4 – Dispersão da Taxa de Urbanização

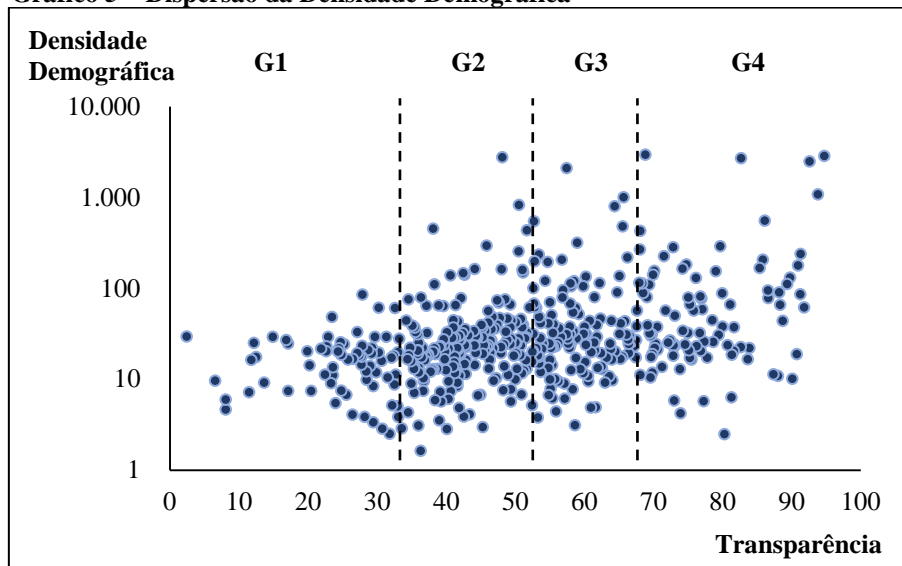


Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Percebe-se um número maior de municípios que possivelmente apresentam alto nível de urbanização no grupo G4. O grupo G1 caracteriza-se por englobar um maior número de municípios com possível baixa urbanização, enquanto os grupos G2 e G3 concentram a distribuição de forma mais equilibrada. Embora a dispersão da variável seja muito superior às outras estudadas, pode-se inferir a partir do Gráfico 4 que grupos com maior nível de transparência englobam um número maior de municípios com alto nível de urbanização, reforçando parte dos resultados de Wright (2013).

O Gráfico 5, que representa a Densidade Demográfica nos grupos, apresenta distribuição menos dispersa em G1, apresentando leve deslocamento, com menor concentração, nos grupos G2, G3 e G4. A distribuição ilustrada, conforme também o Gráfico 4, pode indicar presença maior de municípios de zona rural em G1, e número superior de municípios de zona urbana em G2, G3 e G4.

Gráfico 5 – Dispersão da Densidade Demográfica



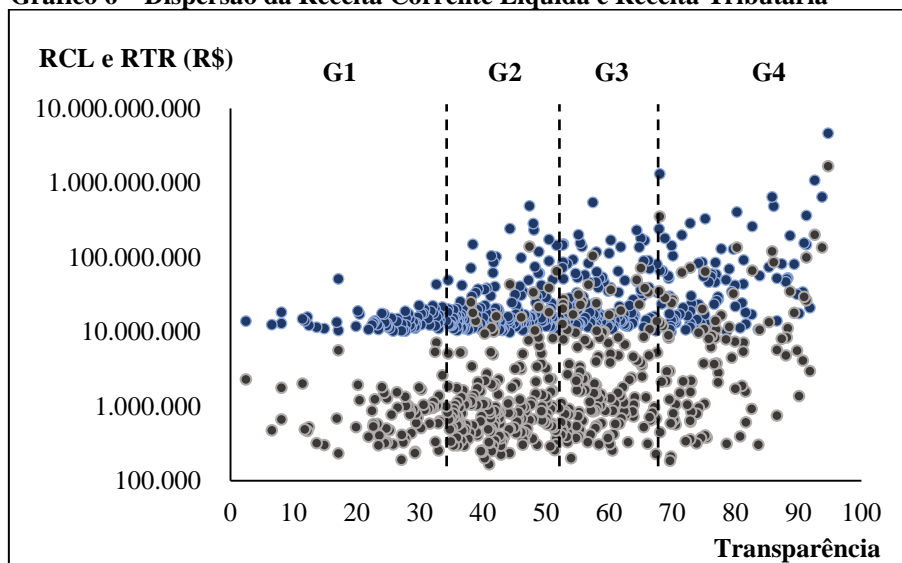
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As variáveis demográficas, portanto, caracterizam-se por apresentar baixa correlação positiva com o nível de transparência dos municípios. Observa-se, entretanto, a tendência de municípios mais transparentes apresentarem indicadores demográficos de maior valor.

4.2.2 Análise das variáveis financeiras

O conjunto das variáveis financeiras apresenta as maiores correlações nos grupos e na amostra total. O Gráfico 6 corrobora com a tendência das variáveis demográficas, apresentando as variáveis Receita Corrente Líquida e Receita Tributária de forma mais dispersa em relação ao nível de transparência.

Gráfico 6 – Dispersão da Receita Corrente Líquida e Receita Tributária

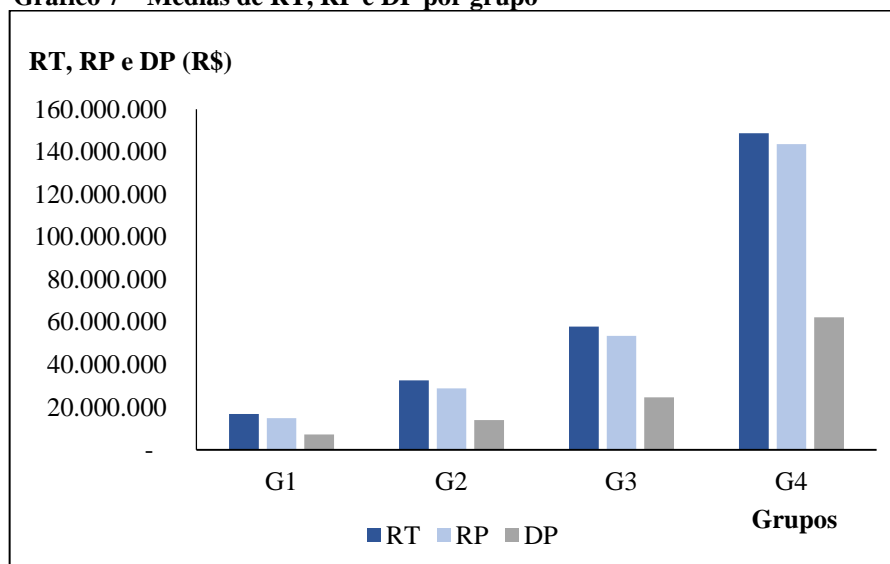


Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A Receita Corrente Líquida apresenta valores superiores à Receita Tributária e dispersão similar, possibilitando a identificação, em acordo com os resultados de Ribeiro e Zuccolotto (2012), da continuação do padrão de acréscimos nos valores médios por nível de transparência dos municípios.

As variáveis Receita Total, Receita Própria e Despesa com Pessoal, de maneira proporcional, também indicam esse comportamento, tendendo a uma menor distribuição, com valores superiores, em municípios de alta transparência, como indicam as Tabelas 4 e 5 e o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Médias de RT, RP e DP por grupo

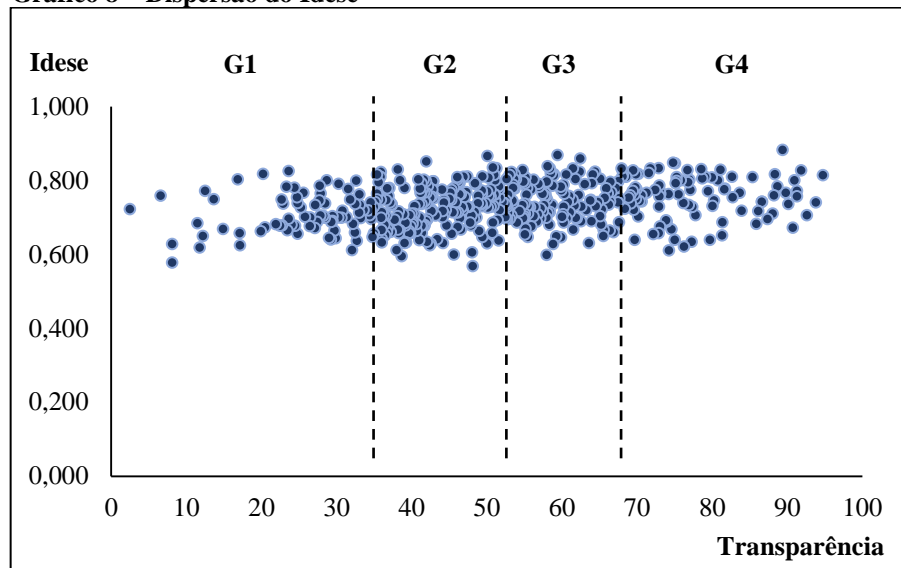


Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A análise dos indicadores financeiros, portanto, possibilita a observação da continuação da tendência de valores maiores para municípios mais transparentes de forma ainda mais proporcional que as variáveis demográficas.

4.2.3 Análise das variáveis socioeconômicas

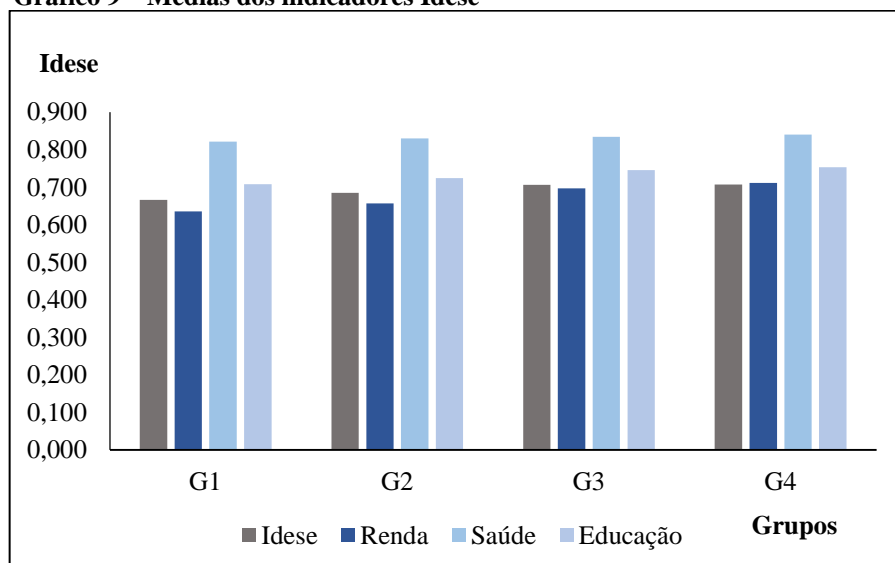
Os indicadores do Idese caracterizam-se por apresentar baixa variação e baixa correlação com os dados estudados, tanto no conjunto total como nos agrupamentos. O Gráfico 8 demonstra o alto nível de agrupamento dos dados em todos os grupos, evidenciando uma relação muito menor, ao nível de transparência dos municípios, do que as encontradas nas outras variáveis independentes.

Gráfico 8 – Dispersão do Idese

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O comportamento da distribuição indica grande diferença no crescimento médio da variável independente em relação aos indicadores já apresentados. Os resultados apontam para um pequeno acréscimo nos valores médios para grupos de maior transparência, mas de forma menos expressiva em comparação com outras dispersões identificadas.

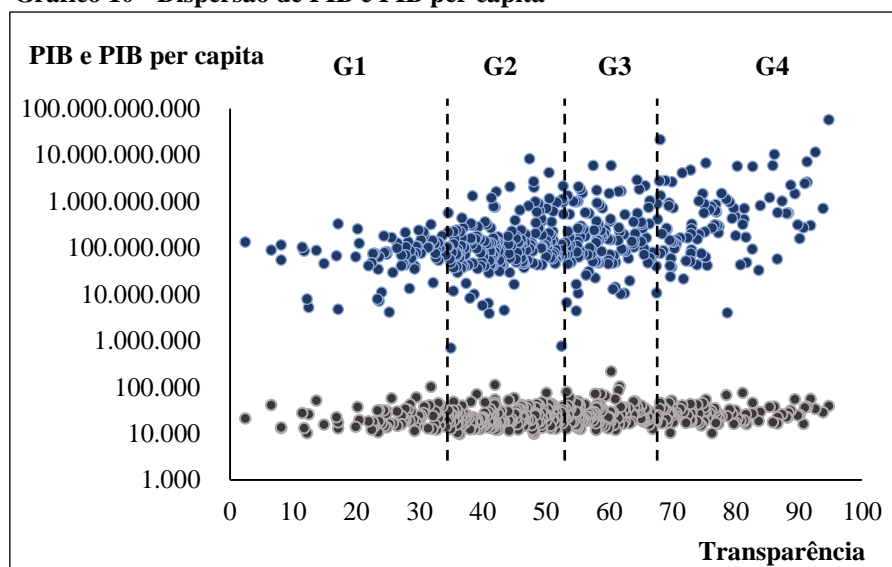
Quanto aos três indicadores que compõe o Idese (Renda, Saúde e Educação), as Tabelas 3 e 4 também evidenciam correlações e variações médias inferiores àquelas apresentadas pelas outras variáveis. Embora haja maior correlação na variável Renda, as distribuições também ocorrem de forma equilibrada. O gráfico 9 ilustra a composição do Idese, com valores médios com baixa variação entre os quatro grupos.

Gráfico 9 – Medias dos indicadores Idese

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O gráfico 10 indica que a variável PIB também é distribuída entre os grupos de maneira similar às variáveis de Receitas e Despesa com Pessoal. O indicador PIB per capita, entretanto, apresenta-se com dispersão inferior, concentrando-se de forma mais equilibrada entre os grupos, como se pode observar também pelos valores de correlação na Tabela 5.

Gráfico 10 - Dispersão de PIB e PIB per capita



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As variáveis socioeconômicas escolhidas, portanto, apresentam comportamento menos linear em comparação aos grupos de variáveis demográficas e financeiras, com a variável PIB sendo a única com dispersão semelhante às já observadas.

4.3 CARACTERÍSTICAS DOS AGRUPAMENTOS

Com base nos dados apresentados, verifica-se que o conjunto total da amostra representa de forma melhor a correlação entre as variáveis independentes e o nível de transparência dos municípios. O grupo G1 apresenta correlações positivas em todos os indicadores, à exceção das variáveis Saúde e Taxa de Urbanização. Os grupos G2 e G3 apresentam dispersões parecidas e as menores variações percentuais, enquanto o grupo G4 caracteriza-se por apresentar as maiores dispersões e as maiores variações médias nos 4 agrupamentos.

O grupo G1 apresenta os valores mais baixos dos indicadores demográficos, financeiros e socioeconômicos entre os grupos, possivelmente podendo ser caracterizado por

municípios predominantemente de zona rural, com população média inferior a 10 mil habitantes. Apresenta também as menores médias de Receitas, Despesa com Pessoal e PIB, corroborando com parte dos resultados encontrados por Wright (2013), que identificou maior dificuldade de transparência por municípios com algumas dessas características.

Os grupos G2 e G3 apresentam valores médios superiores aos encontrados em G1, indicando maior transparência em municípios com indicadores superiores. O agrupamento G2 caracteriza-se por apresentar alta variação percentual nos valores médios das variáveis Estimativa Populacional, Densidade Demográfica, Receita Corrente Líquida, Receita Tributária, Despesa com Pessoal e PIB, tal comportamento pode indicar transparência mais elevada em municípios mais populosos e predominantemente de zona urbana. O grupo G3 apresenta variação percentual inferior em relação a G2, indicando a existência de 333 municípios, com nível de transparência de 34,25 até 69,50, que não apresentam diferenças expressivas entre os agrupamentos elaborados.

O Grupo G4, por fim, apresenta os maiores valores para as variáveis demográficas, de maneira semelhante aos resultados de Lowatcharin e Menifield (2015), financeiras e socioeconômicas. As altas dispersões sugerem predominância de municípios urbanos com alto número de habitantes, maiores receitas e PIB. Os dados encontrados assemelham-se às conclusões de obtidas por Cinca, Tomás e Tarragona (2008), Pires (2012), Ribeiro e Zuccolotto (2012) e Wright (2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo identificar variáveis capazes de determinar o nível de transparência dos municípios do Rio Grande do Sul. Para executar a análise proposta, realizou-se agrupamentos entre os dados das hipóteses testadas com base na divisão dos quartis da pontuação de transparência elaborada pelo TCE RS, seguida da análise de correlação entre os indicadores coletados e a variável dependente do estudo e análise da dispersão dos dados para identificar as características presentes nos grupos elaborados.

Embora os agrupamentos apresentem valores médios predominantemente crescentes, as correlações existentes entre as variáveis levantadas e a pontuação de transparência dos municípios do estado, embora positivas em sua maioria, apresentam valores muito baixos para evidenciar qualquer ligação direta ao aumento da transparência. A ocorrência de variação percentual positiva nessas variáveis para os grupos estudados, conforme aumenta a pontuação do poder executivo, pode estar relacionado à existência de outros indicadores que não foram

contemplados por este estudo, e que, de maneira mais completa, colaborariam para explicar de forma mais satisfatória a situação estudada.

Mesmo não tenha sido capaz de, pela análise das hipóteses testadas, provar a existência de correlação satisfatória, este estudo foi capaz de agrupar os municípios de forma a identificar características gerais dos grupos de municípios por nível de transparência. As altas dispersões encontradas em quase todas as variáveis estudadas, bem como as baixas variações médias identificadas em alguns indicadores, podem indicar que altos níveis de transparência pública são acessíveis e podem ser obtidos por todos os municípios.

Para estudos futuros em consideração aos municípios do estado, pode ser satisfatório o teste de hipóteses que considerem o nível de concorrência política no poder executivo, já analisado por trabalhos anteriores com comprovada correlação positiva. Variáveis referentes à composição do PIB também podem auxiliar na caracterização mais elaborada dos municípios com maior transparência, possibilitando uma visão mais ampla das características capazes de determinar a transparência pública.

REFERÊNCIAS

ALT, James E.; LASSEN, David Dreyer; SHANNA, Rose. The Causes of Fiscal Transparency: Evidence from the American States. **IMF Staff Papers**. v. 53 (special issue). International Monetary Fund, 2006. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/res/seminars/2005/arc/pdf/alt.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

BRAGA, M. V. A. A auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência. In: IV CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 44., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Consad, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 28 de abr. de 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 02 de abr. de 2016.

CINCA, C. S.; TOMÁS, R. M.; TARRAGONA. Factors Influencing E-Disclosure in Local Public Administrations. **Environment And Planning C: Government and Policy**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.355-378, abr. 2009. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1068/c07116r>. Disponível em: < <http://www.dteconz.unizar.es/DT2008-03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CGU - Controladoria Geral da União. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. Brasília, 2013. 52p. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf. Acesso em 14 mai. 2016.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R.. Transparência da Gestão Fiscal: Um Estudo a partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios do Estado do Rio de Janeiro. In: Encontro de Administração da Informação, II, 2009, Recife. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e controle social na administração pública. **Revista Temas de Administração Pública**. V. 8, n. 1/2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6327>>. Acesso em: 26 de ago. 2016.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. Estimativas Populacionais – Revisão 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/estimativas-populacionais/>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. **Idese**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. **PIB Municipal – Série Histórica 2010 – 2013**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Ed. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGE, Jorge. **O governo Lula e o combate a corrupção**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. P. 62-64.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

LOWATCHARIN, G.; MENIFIELD, C. E.. Determinants of Internet-enabled Transparency at the Local Level: A Study of Midwestern County Web Sites. **State And Local Government Review**, [s.l.], v. 47, n. 2, p.102-115, 1 jun. 2015. SAGE Publications.

<http://dx.doi.org/10.1177/0160323x15593384>. Disponível em: <http://slg.sagepub.com/content/47/2/102>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

MAIA, L. Síntese. **Revista TCE-RJ**, Rio de Janeiro, v.5, n.1/2, p.50-67, jan./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.ecg.tce.rj.gov.br/revista-sintese>>. Acesso em: 9 mai. 2016.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei Complementar Nº 101/2000: Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**, 2ª Ed., 2002. Disponível em: < <http://www.fazenda.gov.br/arquivos-economia-servicos/entendendo-a-lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª Ed., Novo Hamburgo – RS: EDITORA FEEVALE, 2013.

PIRES, Wilson Caleja. **Os Determinantes da Divulgação de Informação Financeira na Internet: Evidência Empírica nos Municípios Portugueses**. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças, Universidade do Minho, Braga, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/8482/1/Wilson_Pires_MCF_2012.pdf>. Acesso em: 9 set. 2016.

RIBEIRO, C. P. P.; ZUCCOLOTTO, R. Identificação dos fatores determinantes da transparência na gestão pública dos municípios brasileiros. **Concurso Nacional de Monografias Conselheiro Henrique Santillo**. 1º Lugar. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. 2012. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/premios/premios-realizados/concurso-nacional-de-monografias-conselheiro-henrique-santillo-2012/monografias-revisadas/1-lugar-tema-1>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

ROCHA, H. H. **Transparência e Accountability no Estado Democrático de Direito: reflexões à luz da Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1682.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

TCE RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Avaliação dos Portais do RS**. Disponível em: <<http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/campanhatransparencia>>. Acesso em: 8 mai. 2016.

TCE RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Indicadores Orçamentário-Financeiros**. Disponível em: <<http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/consultas/indicadores/orcfin>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

WRIGHT, Gabriel Aragão. **Análise dos fatores determinantes da transparência fiscal ativa nos municípios brasileiros**. 2013. 123 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFRN, João Pessoa, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15095>>. Acesso em: 3 mai. 2016.